

## **VENEZUELA E MERCOSUL: UMA INSERÇÃO VIA BRASIL?**

### **Venezuela and MERCOSUR: an insertion from Brazil?**

*Anat6lio Medeiros Arce<sup>1</sup>  
Marcos Antonio da Silva<sup>2</sup>*

#### **INTRODUÇÃO – MERCOSUL E VENEZUELA: UMA INTEGRAÇÃO A SER CONSTRUÍDA**

O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) instituído em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção. Ao completar vinte anos ainda tem inúmeros desafios, dentre os quais a ampliação e a consolidação do bloco. Isto porque o processo de aproximação dos países da região chamada de Cone Sul deu-se por parâmetros mais antigos e por acontecimentos de décadas anteriores. Estes tiveram que conviver com momentos difíceis e de tensões entre Brasil e Argentina. De acordo com Onuki (2006, p. 299-320), o MERCOSUL constituía um processo de integração relativamente complexo, com pressupostos que se encontravam na aproximação entre Brasil e Argentina, realizada ainda na década de 1970 e intensificada na década de 1980, produto da abertura política entre os países da região após um período de governos autoritários. Este contexto proporcionou o aprofundamento da cooperação entre ambos, que em 1986 culminou na assinatura da Ata de Iguazú, nos governos Sarney (Brasil) e Alfonsín (Argentina). Entretanto, somente em 1991, durante a Presidência de Collor (Brasil) e Menem

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Bacharel em Ciências Sociais pela UFGD e pesquisador da História da Política Externa da Venezuela no período Hugo Chávez. E-mail: anatolio.arce@r7.com

<sup>2</sup> Professor-adjunto de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Foi Professor-adjunto de Ciência Política na UFGD (2008-2011). Doutor em Integração da América Latina pelo PROLAM/USP-2006. E-mail: marocam@terra.com.br

(Argentina) é que o MERCOSUL foi oficialmente instituído<sup>3</sup>. Como consequência da proximidade econômica com os argentinos e os brasileiros, o Uruguai e o Paraguai foram convidados e incluídos no bloco, sendo concluída a fundação do MERCOSUL com quatro países membros. Desde então, o MERCOSUL passou por três fases, que podem ser contadas desde a instituição do Tratado de Assunção (1991) até o Protocolo de Ouro Preto II (2002).

Em sua primeira fase, o MERCOSUL não logrou progressos substanciais, por causa da falta de interesse político dos governos e do contexto internacional desfavorável a integração em seu sentido político. Onuki (2006, p.299-320) pondera que neste momento o MERCOSUL foi marcado por desconfianças entre Brasil e Argentina e uma grande necessidade de consolidar o bloco no quesito de maior investimento no fluxo comercial. Porém, a integração pôde ser vista de forma mais clara somente a partir de 1994, quando o bloco adquiriu personalidade jurídica internacional, mediante a assinatura do Protocolo de Ouro Preto I. Este protocolo modelou a engenharia institucional do bloco, dando-lhe um perfil menos livre-comercialista e mais institucional.

A segunda fase é considerada a mais tortuosa, pois chegou-se até mesmo a anunciar o possível fim ou esvaziamento político do bloco. Segundo Vaz (2001), as causas destes anos de crises (1996-2002) podem ser apontadas no fato de que a relativa estabilidade econômica de Brasil e Argentina já não eram as mesmas dos anos anteriores, promovendo o franco colapso de suas respectivas economias, além de uma necessidade irremediável de reajustes apertados em suas contas externas e nos gastos públicos. Na visão de Camargo (2006, p. 57-96), o estopim da crise do MERCOSUL neste período foi o colapso financeiro do Brasil, marcado pela desvalorização do Real. A decisão brasileira de desvalorizar sua moeda foi tomada unilateralmente e sem consultar a Argentina, que foi uma das mais afetadas pela queda da moeda brasileira.

---

<sup>3</sup> É importante destacar que nos governos Sarney e Alfonsín a integração era pensada sobre parâmetros diferenciados do que em Collor e Menem. Nos primeiros, foi pensada para ser um instrumento de aproximação política entre as nações da região. Já nos governos de Collor e Menem, o MERCOSUL foi construído para ter um caráter livre-comercialista, em que o comércio fosse “privilegiado” em detrimento de disputas políticas. Isto ficou perceptível quando ambos os governos deixaram o bloco sem uma estrutura institucional, visando apenas adequar taxas para formar uma União aduaneira.

Em resposta, os argentinos passaram a adotar medidas restritivas no que tange a entrada de produtos brasileiros em seu mercado, o que seria contrário às regras de um mercado comum. As consequências foram nefastas, atingindo também o Uruguai e Paraguai. Ademais, somam-se a este quadro negativo as crises políticas enfrentadas pelo Paraguai nos anos de 1996 e, no assassinato do vice-presidente paraguaio, em 1999. Estes eventos exigiram muito da institucionalidade do bloco que deveria apresentar uma estrutura mínima para que a Cláusula Democrática, instituída pelo Protocolo de Ushuaia em 1998, não fosse desrespeitada.

Na terceira fase (2002-), ficou nítido que as crises enfrentadas pelos países mercossulinos mostraram que há uma grande debilidade institucional no bloco, além de uma nítida insuficiência no processo de institucionalização. Para Caetano (2007, p.144-181), se houvesse uma institucionalidade mínima nas decisões emanadas pelo MERCOSUL os impactos do colapso argentino (2001-2002) teriam sido menores. No entanto, a vitória da coalizão liderada por Lula significou indiretamente um “passo adiante” rumo ao fortalecimento do MERCOSUL, bem como ao seu processo de institucionalização. Isto porque em sua campanha o então candidato já demonstrava que trataria os assuntos sobre o MERCOSUL como prioritários. Poucos dias após tomar posse, o Presidente se encontrou com o colega argentino Eduardo Duhalde e na ocasião reafirmaram a vontade de seus países em estabelecer uma face política ao MERCOSUL (CAETANO, 2007, p.158). Isto proporcionou uma discussão mais aberta no âmbito do mercossulino, o que possibilitou que os assuntos relativos à ampliação de parceiros e da cooperação com os países pertencentes à Comunidade Andina de Nações (Colômbia, Bolívia e mais tarde a Venezuela) fossem discutidos com mais consistência e possibilidade de ganhos reais para ambos os lados.

Portanto, no que se refere à aproximação da Venezuela com o MERCOSUL, a trajetória começou a ser desenhada antes da ascensão de Chávez a presidência. Cervo (2004, p.51-79) destaca que a Venezuela negociava com o MERCOSUL no âmbito da Comunidade Andina de Nações<sup>4</sup> (CAN), mediante acordos multilaterais que visavam

---

4 A Comunidade Andina de Nações (CAN) foi instituída oficialmente em 1996, na cidade-sede em Lima (Peru). Porém, antes o bloco já operava com o nome de Pacto Andino, promulgado pelo Acordo de

construir uma união comercial entre CAN/MERCOSUL. Entretanto, a própria relação da Venezuela com este bloco se desgastava rapidamente, por dois motivos principais. O primeiro deles era o congelamento nas negociações sobre a expansão do bloco em seu sentido político, demonstrando a fraqueza e baixa institucionalidade do mesmo. O segundo refere-se à negociação norte-americana de Tratados de Livre Comércio (TLC) no âmbito bilateral com países pertencentes à CAN, tais como Peru e Colômbia. Para Lessa (2004, p.149-167) o bloco vinha se enfraquecendo por causa de constantes violações aos acordos, bem como compromissos que não respeitavam os prazos firmados. Somado a isso, a partir de 2001 a Venezuela passou a admitir abertamente sua intenção de associar-se ao MERCOSUL, demonstrando um gradual distanciamento da Comunidade Andina.

Portanto, segundo Lopes & Hitner (2009, p.163-181), em maio de 2006, a Venezuela oficializou sua saída da CAN e um mês depois se tornou parte do MERCOSUL na condição de membro em vias de adesão. O Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, previa que no prazo de quatro anos os venezuelanos já se tornariam um membro permanente do bloco, mediante a conclusão da aprovação pelos Congressos Nacionais dos quatro membros do MERCOSUL.

Estimava-se que em 2010 a Venezuela já não pagaria tarifa de importação na Argentina e no Brasil e em 2012 aconteceria o mesmo com Paraguai e Uruguai. Analisando o bloco, a entrada da Venezuela no MERCOSUL seria benéfica, pois aumentaria o mercado consumidor promovendo a adesão dos venezuelanos, que tem a tradição de importar uma quantidade considerável de produtos primários, por causa de sua conhecida dependência das rendas petrolíferas. Ademais, observa-se que o setor energético foi um dos motores da escolha venezuelana pelo MERCOSUL em detrimento de seus parceiros históricos mais próximos da Comunidade Andina, a exemplo da Colômbia.

---

Cartagena (1969). Os países partes da CAN são: Bolívia, Peru, Colômbia e Equador. A Venezuela pertencia a esta comunidade, mas está em processo de desligamento. O Chile deixou o bloco ainda em 1977.

Todavia, muitas dúvidas pairavam no ar naquele momento, junto a uma natural euforia que se misturava. Lopes & Hitner (2009, p.172-175) apontam dois aspectos como os principais norteadores desta adesão. O primeiro deles é econômico, com a possibilidade de obter produtos com tarifas reduzidas que são produzidos pelos países membros do MERCOSUL. Tais produtos seriam os primários, como foi assinalado acima, principalmente aqueles que compõem a pauta de alimentação da população mais carente. Não obstante, também há produtos com maior valor agregado, principalmente da indústria brasileira, que poderia transferir tecnologia para a incipiente indústria venezuelana. Este raciocínio também é utilizado no caso inverso. Ou seja, teriam maiores ofertas e compradores em potenciais para o petróleo da Venezuela, principalmente nos casos da Argentina, Paraguai e Uruguai. No caso do Brasil, o petróleo venezuelano lhe poderia ser útil em momentos que porventura possam ocorrer crises na indústria petrolífera brasileira, além de propiciar a constituição de um novo (e promissor) mercado para inúmeros produtos brasileiros. O segundo aspecto está calcado na alçada estratégica. A entrada da Venezuela no bloco aproximaria, naturalmente, Caracas de Brasília e Buenos Aires. Principalmente no caso de Brasília que para os venezuelanos são um mercado consumidor em potencial e o país em que tem o maior peso internacional entre as nações sul-americanas. Uma proximidade entre Chávez e o governo brasileiro poderia dar mais legitimidade a integração no âmbito regional (LOPES & HITNER, 2009, p.174-175).

Portanto, o objetivo deste artigo é discutir se a aproximação da Venezuela ao MERCOSUL impulsionou ou não suas relações econômicas e políticas com o Brasil e/ou Argentina. Para tanto, discute a inserção e o perfil da economia venezuelana analisando sua pauta de importação e exportação e a relação com as diversas economias do bloco. Em seguida, analisa o impacto geopolítico desta adesão (ou, até certo ponto controversa adesão) nas diplomacias de Brasil e Argentina.

## **O COMÉRCIO DA VENEZUELA COM ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI: A HEGEMONIA DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS**

A relação da Venezuela com Argentina, Paraguai e Uruguai tem se ampliado substancialmente nas últimas décadas, porém de forma inconstante e vulnerável aos impactos de crises internacionais ou domésticas. Tais iniciativas, no entanto, foram impulsionadas após o início do processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Todavia, como demonstraremos adiante, ainda carecem de diversificação e continuam sofrendo variações oriundas de crises econômicas. Para Pereira (2003, p. 221-246), alguns dos precedentes podem ser encontrados em 1999, pois neste ano a Venezuela promoveu uma abertura comercial maior com os países sul-americanos. Isto caracterizou um crescente aumento nas importações venezuelanas oriundas dos países desta região, pois a Venezuela ainda depende da importação de produtos primários ligados a agricultura para suprir a demanda interna. Parceiro histórico dos norte-americanos no âmbito bilateral, a abertura comercial venezuelana beneficiou a Colômbia e principalmente os países membros do MERCOSUL.

Durante o governo Chávez, os países mercossulinos passaram a ter mais acesso ao mercado venezuelano por causa da aproximação entre o governo Chávez e o bloco, que culminou com o pedido de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Entretanto, os dados que se referem a três países do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai), demonstram um volume comercial não muito expressivo, porém já caracterizado por avanços nas trocas comerciais. Isto fica ainda mais perceptível se levarmos em consideração que o comércio inter-regional avançou por setores considerados estratégicos e sensíveis na economia dos países como agrícola, siderurgia e petróleo.

O volume do Produto Interno Bruto da Venezuela adquiridos mediante trocar comerciais no exterior já atingiam mais de 50% do PIB em 2008, o que caracterizou um ganho em importância após duas décadas de crise econômica. No entanto, destes 50%, 40% ainda estavam ligados ao petróleo. Ou seja, embora tenha havido um crescimento no comércio exterior da Venezuela, este ainda continua sendo conduzido pelas atividades petrolíferas. Todavia, observa-se que nos últimos anos produtos agrícolas, derivados do leite e medicamentos aos poucos ganhavam importância. Para Costa (2008), apenas pelo fato da Venezuela ter aderido ao MERCOSUL, o bloco já garantiu

um aumento de 15% no mercado consumidor e correspondeu a aproximadamente 3,3% das exportações venezuelanas (COSTA, 2008, p.56).

Em 2008 as exportações da Venezuela ao Paraguai estavam embasadas exclusivamente por algodão, óleo de soja, e girassol. De acordo com dados do Bancoex (Banco de Comercio Exterior da Venezuela), a pauta de importações venezuelanas originárias do Paraguai encontrava-se da seguinte forma: 75,5% no azeite de soja bruto, seguido por medicamentos preparados, 8,99%; e algodão, 6,11%. Já o Paraguai importava da Venezuela fumo não manufaturado, filamentos artificiais, pastas e fibras sintéticas. Em 2009, a Venezuela exportou para este país um volume de US\$ 384 milhões. Os produtos foram quase exclusivamente azeite cru de petróleo e minerais betuminosos, cerca de 87,23% do total. Isto significa que as relações são pouco diversificadas e até certo ponto estáticas.

A relação com o Uruguai também não é muito diferente. A Venezuela compra dos uruguaios produtos derivados de leite e carnes. Em 2009, o Bancoex divulgou que a Venezuela importou do Uruguai um volume de 18,13% de queijo e seus derivados; 17,32% de medicamentos preparados; 10,94% de carne bovina congelada e 10,21% de leite desnatado. Por outro lado, a pauta de exportações venezuelanas é formada por herbicidas e alguns produtos semimanufaturados, tais como aparelhos para barbear, ferro e óleo bruto. Em 2009, a Venezuela exportou 99,57% do volume total do comércio bilateral de azeite cru de petróleo ou de outros minerais betuminosos, o que significou um aumento na oferta de produtos derivados do petróleo no mercado uruguaio. Os demais produtos como veículos e medicamentos não chegaram a 1%.

Com a Argentina as relações são um pouco mais diversificadas. A Venezuela importa medicamentos, chassis e motor de carros. Em 2009, carnes congeladas chegaram a 8,89% do comércio bilateral venezuelano com a Argentina, seguido por azeite bruto, 6,68%; leite sem açúcar 5,31% e demais produtos como carnes e medicamentos não chegaram a 2%. Já a exportação, refere-se a produtos químicos e, cada vez mais, petróleo (COSTA, 2008, p.56-57). Em 2009, 26,3% das exportações venezuelanas para a Argentina foram de radiadores de veículos; carbono, 11,57%; azeite cru de petróleo e/ou minerais betuminosos 8,43%; e os demais produtos não

passam de 4% cada. Isto demonstra que a relação comercial da Venezuela com Argentina, Paraguai e Uruguai é pouco diversificada e que o potencial envolvendo ambos os lados é pouco explorado. Ademais, a **Tabela 1** demonstra que a questão energética não atingiu a importância esperada no início.

**TABELA 1 – VOLUME EXPORTADO DA VENEZUELA PARA ESTES PAÍSES  
 (EM MILHÕES DE US\$)**

	Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Petróleo	Não petróleo	Petróleo	Não petróleo	Petróleo	Não petróleo
<b>2006</b>	22,372	10,379	20,152	0,722	584,428	2,402
<b>Total</b>	<b>32,751</b>		<b>20,784</b>		<b>586,830</b>	
<b>2007</b>	1,893	10,943	23,630	0,209	606,268	1,020
<b>Total</b>	<b>12,835</b>		<b>23,639</b>		<b>607,288</b>	
<b>2008</b>	0	11,496	348	0,353	556,256	2,270
<b>Total</b>	<b>11,496</b>		<b>0,700</b>		<b>558,526</b>	
<b>2009</b>	0,483	5,246	335	0,049	394,613	1,711
<b>Total</b>	<b>5,729</b>		<b>0,384</b>		<b>396,324</b>	

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Observa-se que o volume de produtos petrolíferos e derivados exportado pela Venezuela a Argentina caiu até chegar à zero em 2008. Isto é, os anos analisado foram marcados pela drástica queda nas exportações da Venezuela para a Argentina. A título de comparação, a Venezuela exportou para os argentinos um total de aproximadamente US\$ 618 milhões em 2005. Muito porque a partir de 2008 a Argentina foi fortemente afetada pela crise financeira mundial que lhe obrigou a reduzir o volume de suas

compras. No caso do Paraguai e Uruguai, os números se mantiveram a patamares baixos, decaindo ainda mais no período da crise.

Entretanto, também, é possível enxergar que o baixo valor comercializado com o petróleo não é superado pelos produtos não petrolíferos, que se mantêm estáveis, embora nunca tenham passado de US\$ 3 milhões nos casos de Paraguai e Uruguai. No caso da Argentina o volume não atingiu de US\$ 10 milhões. Estes são números baixos, pois o maior deles foi registrado pela Argentina em 2008 com cerca de US\$ 11 milhões exportados pela Venezuela a este país. Outro ponto a se observar é que a relação da Venezuela com o Uruguai foi a menos afetada pela crise de 2008/2009, em comparação com Argentina e Paraguai. Isto se deve ao comércio petrolífero, que foi incrementado após a adesão da Venezuela ao bloco, diminuiu durante a crise, mas não a patamares tão drásticos tal como nos casos da Argentina e do Paraguai.

O volume exportado pela Venezuela aos três países no setor não petrolífero continua baixo e diminuiu ainda mais sob os efeitos da crise de 2008. Isto demonstra que a Venezuela ainda permanece com dificuldades de competitividade fora do setor petrolífero e não consegue aumentar o volume exportado de produtos não petrolíferos. Isto se deve a dois motivos. O primeiro deles é que a Venezuela não é uma grande produtora de produtos primários porque a construção histórica de sua estrutura econômica transcorreu em torno do petróleo. O segundo é que os demais produzem o suficiente para abastecer seu mercado interno, o que, obviamente, diminui a necessidade de importar ou se abastecem no mercado brasileiro. Ademais, para Argentina, Paraguai e Uruguai é mais vantajoso comprar do Brasil e não da Venezuela, por razões tanto de proximidade (ou logística) quanto de capacidade produtiva no setor.

Dupas & Oliveira (2008, p.244-245) nos ajudam a compreender melhor este quadro ao analisar as relações entre Chávez e Kirchner. Para Argentina e Venezuela, o aprofundamento das relações teve um cunho estratégico, para que se aliasse a segunda com a terceira maior economia da América do Sul. Tratava-se um contrapeso à predominância hegemônica brasileira no bloco. Portanto, o apoio financeiro dado pela Venezuela a Argentina, comprando títulos da dívida desta última no valor de US\$ 4,2 bilhões, permitiu a esta preservar seu superávit fiscal e manter suas reservas cambiais,

que lhe distanciaria da necessidade de empréstimo ao FMI, atitude que os argentinos queriam evitar depois dos traumas gerados em 2001. Outro projeto de política comum agregou as questões dos hidrocarbonetos entre a PDVSA, estatal petrolífera da Venezuela, e Enarsa, estatal petrolífera da Argentina. Tal política deveria criar bases para uma ação conjunta nesta área, que agregaria a exploração, o refino e a extração de hidrocarbonetos mediante políticas conjuntas de desenvolvimento tecnológico (DUPAS & OLIVEIRA, 2008, p.244-245).

Entretanto, a **Tabela 1** demonstra que somente a iniciativa de comprar títulos da dívida argentina surtiu o resultado esperado, pois a política energética, ao menos para a Venezuela, não teve resultado tão expressivo, sendo que a venda de petróleo venezuelano a Argentina é pequena e em 2008 chegou à zero. Já nos produtos não petrolíferos, as mudanças foram pequenas e a Argentina ainda permanece um mercado em potencial. Por outro lado, a Venezuela abriu mais seu mercado para os produtos argentinos. A **Tabela 2** destaca que as importações venezuelanas da Argentina aumentaram muito e ultrapassaram a cifra de US\$ 1 bilhão em 2007, embora tenham sido impactadas negativamente pela crise econômica mundial de 2008/2009.

**TABELA 2 – VOLUME IMPORTADO PELA VENEZUELA DESTES PAÍSES  
(MILHÕES DE US\$)**

	<b>Argentina</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Uruguai</b>
<b>2006</b>	651, 451	82, 428	74,265
<b>2007</b>	1.101, 444	99, 255	108, 100
<b>2008</b>	1.083,736	144, 535	238, 430
<b>2009</b>	880, 458	92, 391	344, 569
<b>Total</b>	<b>3.717,08</b>	<b>418,6</b>	<b>765, 364</b>

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Na **Tabela 2**, observa-se um aumento imediato das importações venezuelanas destes países, muito por causa da subida nos preços do barril de petróleo no mercado internacional, que proporcionou mais divisas a Venezuela. Entretanto, a queda foi drástica após 2008 pelas razões já mencionadas. Os principais produtos comprados pela Venezuela são artigos considerados de primeira necessidade, isto é, alimentos como carne, leite e soja. Porém, a partir de 2008, houve uma queda considerada brusca nas importações venezuelanas oriunda destes países, exceto no caso do Uruguai em que o comércio com a Venezuela esteve relativamente longe dos impactos das crises, pois se manteve crescente. Já no acumulado, a Argentina permanece soberana permanecendo, dos três países, o que mais exportou para a Venezuela. Isto pode ser explicado pelo fato dos argentinos exportarem aos venezuelanos produtos com maior valor agregado, diferente de Paraguai e Uruguai que somente exportam ao mercado venezuelano soja, algodão, leite, carne e alguns derivados.

No que se refere ao saldo da Balança Comercial, a **Tabela 3** demonstra que há um déficit para a Venezuela, demonstrando o caráter pouco diversificado de sua economia e a enorme dependência do petróleo que se mantém desde há várias décadas. Isto pode ser entendido pelo fato dos venezuelanos terem promovido uma abertura de seu mercado para produtos destes países e suas exportações dependerem do petróleo e seus derivados.

**TABELA 3 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL PARA A VENEZUELA NO RELACIONAMENTO COMERCIAL COM ESTES PAÍSES (EM MILHÕES DE US\$)**

	<b>Argentina</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Uruguai</b>
<b>2006</b>	-618,7	-61,544	512,565
<b>2007</b>	-1.088,608	-75,416	499,187
<b>2008</b>	-1.072,24	-143,835	320,096
<b>2009</b>	-874,729	-92,0	51,755
<b>Total</b>	<b>-3.654,26</b>	<b>-372,7</b>	<b>1383,6</b>

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Contudo, isto não seria suficiente. Pode-se acrescentar dois fatores. O primeiro é que o saldo desfavorável para a Venezuela revela a carência deste país em relação aos produtos primários produzidos pelos três mercossulinos, resultado de sua política exclusivamente petrolífera em décadas anteriores, como apontamos anteriormente. O segundo estaria no aumento no PIB venezuelano, que contribuiu para que o país tivesse mais divisas para importar produtos primários.

Porém, o Uruguai é um caso a parte, pois é o único com que a Venezuela tem uma balança comercial favorável e também importa produtos primários e exporta derivados do petróleo, tal como ocorre com o Paraguai. A diferença do Uruguai deve-se ao seu escasso potencial energético. Enquanto a Argentina e o Paraguai possuem Gás natural (Argentina) e das usinas de Itaipu e Yacyretá (Paraguai). Por isso, o Uruguai se vê forçado importar um volume considerável deste material energético, no caso o petróleo e seus derivados. A Venezuela, observou-se em todos os casos intensificou as relações comerciais com estes países. No entanto, como demonstraremos a seguir, é a relação com o Brasil o grande motor do comércio venezuelano-mercossulino.

## **O COMÉRCIO VENEZUELA COM MERCOSUL: UMA INSERÇÃO VIA BRASIL?**

A partir de 2003, as relações comerciais no âmbito bilateral entre Brasil e Venezuela ampliaram-se, atingindo seu auge em 2008. Segundo Costa (2008, p.57), é possível visualizar a relação Brasil/Venezuela como a mais diversificada e antiga. Isto porque suas relações diplomático-comerciais vêm se acercando desde a década de 1970. Naquele momento, o então Presidente Carlos Andrés Pérez melhorou suas relações com o Brasil (governado pelo Presidente-general Ernesto Geisel), contrariando as diretrizes de sua diplomacia em nome de um maior pragmatismo.

Em 1994, já em um contexto político-econômico diferenciado, ambos os governos assinam o Protocolo *de la Gusmanía*<sup>5</sup>. No governo Chávez, o comércio

---

<sup>5</sup> Protocolo firmado pelos Presidentes de Brasil (Itamar Franco) e Venezuela (Rafael Caldeira), em março de 1994. Neste documento, os presidentes estabeleceram acordos bilaterais de cooperação no setor

bilateral correspondeu a 32% do total do volume comercializado pela Venezuela, tornando o Brasil o maior parceiro venezuelano dentre os países do MERCOSUL. A diversidade na troca comercial dos dois países também é maior. Os setores que predominam são o de bens de capital, tais como os ligados ao automobilístico. Entretanto, a troca comercial também é moldada por um volume considerável de carnes de frango e boi, além de medicamentos. Já os principais produtos exportados pela Venezuela correspondem, em sua maioria (cerca de 77%), a derivados do petróleo.

Desta forma, somente a possibilidade de ingresso da Venezuela ao MERCOSUL aumentou a troca comercial baseada em produtos industrializados e não diminuiu a demanda por produtos primários, principalmente os considerados de primeira necessidade, tais como alimentos (COSTA, 2008, p. 57).

Segundo Villa (2006, p.71), a relação do Brasil com a Venezuela é um exemplo de como é possível construir um “capital social positivo” entre atores estatais em contextos onde não havia margem a cooperação tão próxima. Para ele, o processo de integração Brasil-Venezuela é movido por três eixos principais: integrar as fronteiras; promover maior fluxo bilateral de comércio; e criar uma zona de livre comércio.

Por isso, “o país [Brasil] passou a ocupar um lugar estratégico no planejamento de política externa venezuelana. Esta inflexão foi operada na base das possibilidades que os projetos de integração sul-americana ofereciam para a Venezuela” (VILLA, 2006, p.72).

Com a ascensão de Chávez as relações se aprofundaram ainda mais, sendo que empresas brasileiras passaram a fazer investimentos considerados relevantes na Venezuela, principalmente às cervejarias e as empreiteiras. No caso das últimas, o Itamaraty as ajudou a obter êxito em licitações internacionais. Isto porque as empreiteiras estão “exportando pacotes” que incluem a construção da obra, os insumos e os créditos em países da América Latina – exemplo da Venezuela – que tem investimentos da Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Correia,

---

comercial e na utilização do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Além disso, estabeleceram uma Comissão Binacional de Alto Nível e firmaram o entendimento mútuo na defesa da democracia, da liberdade e do desenvolvimento econômico.

dentre outras empreiteiras (*Presença de Empreiteira se multiplica no exterior*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de setembro de 2011, p.18, N<sup>o</sup> 30.118, ano XCI).

Por isso é que a relação Venezuela/Brasil está em outro patamar econômico, envolvendo produtos de maior valor agregado e Investimento Estrangeiro Direto (IED) por parte do Brasil. Diferente do que ocorre com os outros três países do MERCOSUL, pois ou se beneficiam pela troca de produtos primários e semimanufaturados ou por produtos derivados do petróleo. Tal aspecto fica perceptível ao analisarmos a **Tabela 4**, que demonstra um aumento no volume exportado da Venezuela para o Brasil, seja de bens petrolíferos ou não petrolíferos. Demonstra, também, que o volume comercial de produtos não petrolíferos é considerado alto, se compararmos com os demais.

**TABELA 4 – VOLUME EXPORTADO DA VENEZUELA PARA O BRASIL (EM MILHÕES US\$)**

	Brasil	
	Petróleo	Não Petróleo
2006	405,682	115,826
<b>Total</b>	<b>561,507</b>	
2007	325,520	142,890
<b>Total</b>	<b>468,410</b>	
2008	783,389	114,295
<b>Total</b>	<b>897,684</b>	
2009	557,527	125,194
<b>Total</b>	<b>682,720</b>	

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Mesmo em momentos de crises, tal como no interregno 2008/2009, as exportações venezuelanas para o Brasil se mantiveram em patamares que não variaram

muito, embora tenham diminuído após o auge de 2008. O volume comercial entre produtos não petrolíferos e produtos petrolíferos se manteve acima de US\$ 100 milhões, diferente do que aconteceu com o volume comercial com a Argentina que chegou a cifra zero em 2008.

Outro fator é que o ano de 2008 foi o auge do período analisado, pois a partir desta data o mercado regional passou a sofrer as consequências dos problemas envolvendo o mercado mundial, decorrente aos efeitos da crise no sistema financeiro de 2009. Segundo Severo & Nunes (2009), durante o ano de 2009 o cenário econômico-comercial da Venezuela foi fortemente impactado pelos efeitos da crise econômica, que acarretou a diminuição nos preços do petróleo (de US\$135 para US\$43), após sucessivos anos de alta. Apesar deste país ter iniciado um processo de diversificação de sua economia, cerca de 95% de seu fluxo comercial permaneciam relacionadas com petróleo e seus derivados. Este contexto colocou a Venezuela em uma situação vulnerável e ainda mais dependente das relações com os países sul-americanos, principalmente o Brasil.

De acordo com a **SECEX** (Secretaria de Comercio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil) os principais produtos importados da Venezuela são: Naftas para petroquímica, 24,87%; seguida pelo coque de petróleo não calcinado, 23,68%; e alumínio não ligado em forma bruta, 14,11%. Os demais produtos não passam de 5% cada do valor. Ou seja, o fluxo comercial, embora seja em volume maior do que dos outros países do MERCOSUL, ainda tem o petróleo como protagonista.

No que se refere às importações venezuelanas, mantém-se o padrão de produtos de primeira necessidade (alimentos), porém agregados a produtos industrializados. O volume chegou a mais de US\$ 14 bilhões no acumulado dos quatro anos analisados, tal como demonstra a **Tabela 5**. O que pode ser observado é que apesar do contexto de crise em 2009, o volume importado pela Venezuela do Brasil não regrediu ao volume de 2006, de pouco mais de US\$ 2 bilhões, quando a Venezuela iniciou seu processo de entrada ao MERCOSUL. Ao contrário, conseguiu se manter na cifra de US\$ 3 bilhões, considerada alta tendo em vista o contexto desfavorável a trocas comerciais. Isto já

caracteriza que esta relação comercial teve relativa força para se manter e não retroceder a “estaca zero”, como no caso argentino.

**TABELA 5 – VOLUME IMPORTADO PELA VENEZUELA DO BRASIL  
 (EM MILHÕES DE DÓLARES)**

<b>2006</b>	2.976,486
<b>2007</b>	3.927,641
<b>2008</b>	4.072,242
<b>2009</b>	3.380,896
<b>Total</b>	<b>14.357,265</b>

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Segundo a SECEX, os produtos que predominaram nesta relação foram: carne desossada de bovino congelada, 9,16%; seguido por outros bovinos vivos, 9,14%; carne de frango cortada em pedaços, 8,03%; açúcar bruto, 3,59%; acessórios para tratores e veículos automotores, 1,88%. Os demais produtos não passam de 1,6% cada, entre eles café torrado, pneus, caixa de marchas e etc. Estes números indicam que na pauta de importação venezuelana de produtos brasileiros predominam artigos da agroindústria (por volta de 44,36% do total), apesar de também conter um volume expressivo de produtos manufaturados (aproximadamente 19,51%). É importante ressaltar que a troca de produtos manufaturados do Brasil para a Venezuela já é maior do que a troca comercial manufaturada venezuelana com os demais países mercossulinos, significando 26% da exportação de produtos do agronegócio e dos manufaturados brasileiros na América do Sul. Isto também demonstra que a Venezuela promove um fluxo comercial mais contínuo com o Brasil, com produtos ligados a pecuária e também a veículos

automotores, por isso é considerada a mais diversificada no âmbito do MERCOSUL e sul-americano.

Desta forma, com o auxílio da **Tabela 6** é possível observar que a Venezuela importa do Brasil um volume considerado expressivo, fazendo com que sua balança comercial fique com saldo negativo, pois apresenta um déficit de mais de US\$ 11 bilhões, maior que dos outros três países somados cujo déficit total é US\$ 3,28 bilhões.

**TABELA 6 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DA VENEZUELA (EM MILHÕES DE DÓLARES)**

<b>2006</b>	-2.414,978
<b>2007</b>	-3.459,231
<b>2008</b>	-3.174,559
<b>2009</b>	-2.698,176
<b>Total</b>	<b>-11.746,944</b>

Fonte: Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Tal relação parece atender adequadamente aos objetivos dos dois governos. Do lado brasileiro, além da ampliação de mercados na América do Sul, a intensificação do comércio com a Venezuela fortalece a política econômica do governo, devido ao favorável saldo da balança comercial e, certamente, afeta os interesses geopolíticos da diplomacia brasileira. No caso venezuelano, a relação com o Brasil possibilita a importação de produtos de primeira necessidade e também manufaturas, que podem suprir as necessidades da Venezuela, contribuindo para o processo de aprimoramento e diversificação econômica que se tem impulsionado. Ainda é preciso destacar que o intercâmbio comercial teve uma queda significativa de 26% em 2009; apresentando

uma redução de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 4,2 bilhões, revelando uma tendência mundial para quedas naquele período (SEVERO & NUNES, 2009, p.5).

Sendo assim, pode-se concluir que a inserção da Venezuela no MERCOSUL via Brasil é afirmativa por dois motivos principais. O primeiro deles é que as empresas brasileiras passaram a fazer mais investimentos na Venezuela, principalmente nas áreas consideradas estratégicas, tais como na petroleira e na infraestrutura. Este último setor gera muitos postos de trabalho, o que contribui para diminuir a taxa de desemprego na Venezuela, sendo bem vista pelo governo local. Já a construção de estradas, pontes e rodovias ajuda na melhora da hoje péssima condição infraestrutural venezuelana, o que contribui para uma maior integração com o Brasil na faixa fronteira. Ademais, a construção civil aquecida faz com que o governo incentive políticas habitacionais de construção de moradias populares. Em 2011, o governo venezuelano indicou a previsão de construir 153 mil casas populares em todo o país, embora não tenham divulgado os custos e nem de onde sairão os recursos<sup>6</sup>.

O segundo motivo está no fato da Venezuela poder importar produtos de primeira necessidade do Brasil com as garantias típicas de um mercado comum. Isto porque os brasileiros se destacam por ser um dos maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo. Em relação à Argentina, um dos parceiros do MERCOSUL, a maior capacidade produtiva de alimentos pelos brasileiros é perceptível. Segundo estimativas da FAO (*Food and Agriculture Organization*) o Brasil produziu em 2008 cerca de 78,6 milhões de toneladas de alimentos, enquanto a Argentina produziu 38,7 milhões de toneladas. Ou seja, o Brasil produziu mais que o dobro dos argentinos<sup>7</sup>. Isto contribui para que tenha mais oferta de alimento aos venezuelanos que sofrem por causa do exclusivismo do petróleo na economia nacional.

Portanto, cabe salientar que as diretrizes da política externa da Venezuela são altamente favoráveis ao Brasil, pois ao modificar uma relativa tradição histórica de proximidade com os Estados Unidos contribuiu para a inserção econômica de capital

---

6 **Fonte:** [http://www.minci.gob.ve/noticias/1/208057/gran\\_mision\\_vivienda.html](http://www.minci.gob.ve/noticias/1/208057/gran_mision_vivienda.html) (acessado em 23/9/2011).

7 **Fonte:** <http://www.fao.org/docrep/011/ai473e/ai473e06.htm#23> (acessado em 24/9/2011).

brasileiro no mercado venezuelano. Com isso, o Brasil aliará um de seus objetivos com as novas diretrizes da ação externa venezuelana, isto é, a promoção de um mundo multipolar (COSTA, 2008, p.58). Todavia, esta inserção da Venezuela no MERCOSUL por intermédio do Brasil não pode transcorrer apenas pela via econômica. Parcerias ditas “estratégicas” em setores agrícolas, industriais e de serviços são importantes, porém não são suficientes para que se atinja um patamar de integração verdadeiramente sustentável para ambos os lados.

Há de se ter e construir convergências em três dimensões. A primeira delas está em fazer convergir à política externa da Venezuela com a política externa do Brasil, mediante a defesa da multipolaridade nas decisões em níveis regionais e mundiais. A superação do “isolamento” a que a Venezuela se submeteu nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e o respeito ao processo atual pelo qual eles passam em seu contexto interno, muito questionado pelos países desenvolvidos representado pelos Estados Unidos. Isto pode ser construído por causa da tradição da política externa brasileira de preservar os princípios de soberania, não intervenção e autodeterminação dos povos. Além disso, há de se transpor o processo de construção de uma postura “autônoma” frente aos Estados Unidos, não somente de Brasil e Venezuela, como também de Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em segundo lugar, tentar construir uma convergência entre o MERCOSUL e a ALBA8 nas questões internacionais, fazendo com que trabalhem mutuamente pelos objetivos que são comuns a ambos os grupos, o que seria um grande desafio pela linha de raciocínio e pelas propostas defendidas pela ALBA. Porém, isto não é impossível e o

---

8 **Alternativa Bolivariana para as Américas.** Segundo Rodríguez (2007), a ALBA é uma iniciativa proposta por um grupo de países (Venezuela, Cuba, Nicarágua, Equador e outros) que visa ser um instrumento eficaz de combate as causas que emperram a integração no âmbito da América Latina, tais como a pobreza, as assimetrias entre os países, o intercâmbio comercial injusto e a enorme dívida externa. Ademais, rechaça a imposição de políticas por parte de órgãos internacionais de financiamento como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e OMC (Organização Mundial do Comércio). Além destas, há o enfraquecimento da sociedade civil dos países latino-americanos (RODRÍGUEZ, 2007, p.234). Por isso, a ALBA procura ser um caminho alternativo para que os povos latino-americanos não tenham que aderir a ALCA, iniciativa dos Estados Unidos e, portanto, considerada imperialista. Os ideais propostos na ALBA estão calcados nos matizes ideológicos apregoado a Simón Bolívar que luta contra a dominação “imperialista” dos países desenvolvidos e busca uma alternativa “patriótica de libertação” para a América Latina e o Caribe.

esforço conjunto para que a proposta da ALCA malograsse demonstrou haver possibilidade para este entendimento. Ademais, a relação com a Venezuela pode demonstrar um interesse mais amplo por parte do Brasil em relação à América Central e ao Caribe, servindo como “trampolim” para a ampliação das relações econômicas e políticas com a região, ampliando a área de influência da diplomacia brasileira.

Em terceiro lugar, o papel da liderança brasileira no âmbito do MERCOSUL poderia fornecer uma possibilidade de interlocução no contexto interno da Venezuela, em caso de conflitos, devido às divergências entre o governo Chávez e a oposição. Isto poderia fazer com que o Brasil se tornasse um interlocutor “confiável” para os venezuelanos.

Naturalmente a última opção não é isenta de riscos para a imagem internacional do Brasil. Importa preservar a liderança brasileira no âmbito do bloco, bem como a viabilidade da participação venezuelana no MERCOSUL. Contudo, os brasileiros correm o risco de serem “arrastados para a polarização interna da Venezuela. O que além de levar ao questionamento da liderança brasileira, poderia fazer com que o Brasil tivesse maior convergência com os Estados Unidos, que tem abertamente o interesse de enfraquecer o governo brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – O BRASIL COMO PROMOTOR DA INSERÇÃO VENEZUELANA**

As afinidades políticas e econômicas entre os governos do Brasil e da Venezuela tem se aprofundado de maneira satisfatória nos últimos anos, principalmente após o pedido de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

No âmbito econômico, como demonstramos, ambos os países beneficiam-se do comércio bilateral, embora por razões diversas, possibilitando, neste momento, a ampliação das trocas comerciais. Todavia, para além da convergência econômica, cabe ponderar que a convergência política traz em seu bojo uma gama de tensões que invariavelmente necessitam ser administradas. Os benefícios comerciais do possível ingresso entrada da Venezuela ao MERCOSUL são nítidos dadas as possibilidades de ganhos mútuos. Entretanto, tais relações também são moldadas por entraves no campo

das políticas comerciais dissonantes que cada um deles apresenta. O MERCOSUL ainda permanece sem uma sólida política comercial, que poderia ajudar a melhorar ainda mais o fluxo de produtos entre países que não apresentam uma “tradição” de comércio muito sólida, tais como da Venezuela ao Paraguai e ao Uruguai.

As relações da Venezuela com a Argentina, ainda não ultrapassaram o patamar de um contraponto à pretensão de liderança brasileira no âmbito do bloco. Tais discussões, que demonstraram um cenário de grande complexidade, se restringem a observar a relação Chávez/Kirchner na questão relativa à compra de Títulos da Dívida Argentina por capital venezuelano, ao deixar em um patamar secundário o malogro na cooperação petrolífera. Isto porque a necessidade que a Argentina tem deste produto era atenuada por sua produção interna de gás, que lhe permitia fornecer um excedente ao Chile. Isto significa que no campo comercial ainda não “retribuiu” a pretensa “generosidade” venezuelana na compra dos Títulos da Dívida Argentina. Estes entraves fazem com que os mesmos se beneficiem menos do que poderiam (ou do que esperavam se beneficiar) com a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e com a política comercial flexível dos venezuelanos para com os países mercossulinos.

As relações da Venezuela com o Brasil estão em patamares esperados e promissores, embora a Venezuela possa utilizar o petróleo para atenuar a pretensão de liderança brasileira no âmbito da América do Sul e Central. Porém, a entrada de capital do Brasil mediante o investimento de empresas na Venezuela demonstra ser positiva na geração de empregos, na melhora da situação de infraestrutura da Venezuela e principalmente na transferência de tecnologias, seja no setor de serviços ou na cooperação petrolífera entre a PDVSA e a Petrobras. Vale ressaltar que, devido à estrutura econômica venezuelana (altamente dependente do petróleo), tais ações dependem, em grande medida, dos preços internacionais do produto.

Por fim, cabe salientar que o Brasil está se destacando como o grande fiador da adesão venezuelana ao MERCOSUL, apesar de tal empreitada ter sido uma iniciativa que contou com muito apoio e incentivo da Argentina. Podem-se apontar duas causas como as principais para este cenário. A primeira delas é que o Brasil passou a atuar mais intensamente no mercado interno venezuelano, carente de produtos de

primeira necessidade, pois o governo e os empresários brasileiros não desperdiçaram tal oportunidade. O segundo, é que a preponderância econômica brasileira é derivada das condições da indústria argentina, menos complexa e diversificada, e da falta de pragmatismo dos setores empresariais daquele país, em maior conflito com o governo. Os argentinos, que ainda administram os efeitos da grave crise de 2001, pouco utilizaram a oportunidade da abertura comercial oferecida pela Venezuela e do bom momento em que os venezuelanos tinham mais recursos para comprar produtos de seus pares mercossulinos.

## **REFERÊNCIAS**

### **Bancos de Dados Estatísticos**

Banco de Comercio Exterior – BANCOEX. Republica Bolivariana de Venezuela

Instituto Nacional de Estadística (INE) – Servicio de Atención al Usuario.

Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo – Coordinación Sectorial de Estadísticas, Precios Internacionales y Economía.

Ministerio del Poder Popular para las Industrias Básicas y Minería – Gerencia de Planificación y Economía Minera.

Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Food and Agriculture Organization – FAO.

### **Livros, Artigos Científicos e Matérias de Jornais**

AYERBE, Luis Fernando. *Novos atores políticos e alternativas de governo na América do Sul: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela*. In: AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.265-301.

- CAETANO, Gerardo. *Mercosur: quo vadis?* In: **Revista Diplomacia Estratégia e Política – DEP**, n° 5 (janeiro – março 2007). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 144-181.
- CAMARGO, Sonia. *Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal*. In: **Revista Lua Nova**. São Paulo: 2006, n°68, pp: 57-96.
- CERVO, Amado Luiz. *A política exterior da Venezuela*. In: ARAUJO, Heloisa Vilhena de (org). **Os países da Comunidade Andina**. Vol 1. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Brasília, 2004. pp. 51-79.
- COSTA, Darc. *Uma visão geral a Venezuela*. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: Seminário América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. (p. 33-59).
- DUPAS, Gilberto & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *A união sul-americana de nações: oportunidades econômicas e entraves políticos*. In: AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.235-264.
- LESSA, Antonio Carlos. *A Venezuela e a Integração Regional*. In: ARAUJO, Heloisa Vilhena de (org). **Os países da Comunidade Andina**. Vol 1. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Brasília, 2004. pp: 149-167.
- LOPES, Rodrigo Herrero & HITNER, Verena. *Venezuela: o papel dos processos de integração para a manutenção do governo Chávez*. In: **Cadernos PROLAM/USP** (Ano 8 – Vol.2 – 2009) p.163-181. MELLO, Patricia Campos. *Presença de Empreiteira se multiplica no exterior*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de setembro de 2011, p.18, N° 30.118, ano XCI
- ONUKI, Janaina. *O Brasil e construção do Mercosul*. In. ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. pp. 299-320.
- PEREIRA, Lia Valls. *Comércio exterior e política comercial da Venezuela*. In: CARDIM, Carlos Henrique & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). **VENEZUELA: Visões Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2003, p. 221-246.
- RODRÍGUEZ. Isaías. *El Estado de derecho y de justicia social en el marco de la Alternativa Bolivariana para la América y el Caribe – ALBA*. In: **Revista Diplomacia, Estrategia y Política** – Outubro/Diciembre, 2007. pp. 224-236.

SEVERO, Luciano Wexell & NUNES, Rodrigo Pacheco. *Considerações Gerais sobre as relações comerciais Brasil-América do Sul em 2009*. In: **Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul**. Disponível em : <<http://camarabv.org/>> (acesso em 1 de agosto de 2001).

VAZ, Alcides Costa. *Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?* In. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº1, Vol. 44. Junho, 2001. pp. 43-54. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292001000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100004&lng=pt&nrm=iso)>

VILLA, Rafael Duarte. *POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: capital social e discurso democrático na América do Sul*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, Vol. 21, Nº 61, junho/2006, p.63-89.

*Artigo recebido em 13 de março de 2012. Aprovado em 15 de junho de 2012.*

## **RESUMO**

Este artigo defende que a inserção da Venezuela ao MERCOSUL tem resultados mais concretos via relação bilateral com o Brasil. Sob o ponto de vista econômico, este contexto é perceptível em diferentes setores da economia, seja no energético, na troca de *commodities* ou até mesmo em Investimento Estrangeiro Direto (IED), pois a diversificação nas trocas comerciais são mais profundas entre venezuelanos e brasileiros do que com os demais países. Portanto, a despeito da intenção inicial da Argentina, de apoiar a entrada da Venezuela no MERCOSUL como forma de amenizar a preponderância brasileira, o que se observa é que será o Brasil o maior beneficiado com o ingresso do novo sócio. Atualmente a Venezuela já ocupa a segunda posição entre os parceiros do Brasil na América do Sul.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Brasil, MERCOSUL, Venezuela.

## **ABSTRACT**

This article aims to show that the Venezuela's adhesion to MERCOSUR has the result more perceptible from bilateral relation with Brazil. In an economic point of view this context has been realized in different sectors of economy like energetic, commodities exchange, Foreign Direct Investment (FDI) because the trade exchanges diversification are deeper between Venezuelans and Brazilians than among other countries. Therefore, the Argentina intention, supporting the Venezuela adhesion in MERCOSUR to reduce the Brazilian preponderance, take another direction because the Brazil will be one of the most benefited with the new partner insertion. Nowadays Venezuela already has the second positions among the Brazil's partners in South America.

## **KEYWORDS**

Brazil, MERCOSUR, Venezuela.